

## Diplomacia e Gênero

Lídia M. Vianna Possas

**Como citar:** POSSAS, Lídia M. Vianna. Diplomacia e Gênero. *In:* TOLENTINO, Célia Aparecida; POSSAS, Lídia M. Vianna; CORREIA, Rodrigo Alves (org.). **Idéias e Cultura nas Relações Internacionais**. Marília: Oficina Universitária, 2007. p. 57-60.  
DOI: <https://doi.org/10.36311/2007.978-85-60810-02-4.p57-60>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

## Diplomacia e gênero

Lídia M. Vianna Possas<sup>1</sup>

Procurando reforçar e ampliar as questões propostas para a III Semana sobre o papel das “idéias e cultura nas relações internacionais”, investimos na inserção de uma temática ainda em franco debate e contestável para alguns, como “Diplomacia e Gênero”, visando pensar a atuação feminina no campo da política e das práticas políticas a partir das teorias feministas em Relações Internacionais.

Essa perspectiva teve seu momento inaugurador na década de 1980, no bojo das discussões de um “terceiro debate”<sup>2</sup> que se beneficiou pelas contribuições da teoria política feminista<sup>3</sup>. E o marco fundador do feminismo

---

<sup>1</sup> Coordenadora do Curso de Relações Internacionais e docente do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas e membro da Comissão Organizadora da III Semana da Relações Internacionais.

<sup>2</sup> A constatação da existência de uma “realidade internacional” separada da “esfera nacional”, por volta de 1919, instituiu um amplo debate que se ainda se situa nos dias atuais, sobre a natureza e a metodologia para o estudo de uma teoria das relações internacionais. Historicamente podemos assinalar o 1º “grande debate” entre as perspectivas do “realismo político” e o idealismo, inaugurando, segundo YOUNGS, Gillian. *International Relations in a Global Age: a conceptual challenge*. Cambridge: Polity Press, 1999- o “mito fundacional da disciplina. O 2º debate veio criticar o cientificismo do realismo, por volta dos anos 60/70 através das teorias estruturalistas. No entanto apesar de provocar uma “revolta científica” não checou a deslocar o *status* de verdade do paradigma estatocêntrico, embora tenha contribuído para inserir as vertentes econômicas no debate. Ver TICKNER, J. Ann. *Gendering World Politics: issues and approaches in the post-cold war era*. New York: Columbia University Press, 2001; SYLVESTER, Christine. *Feminist Theory and International Relations in a Postmodern Era*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

<sup>3</sup> Dentre as teóricas feministas das RI ressalta-se os estudos e pesquisas que vieram do campo da ciência política, como ELSHTAIN, Jean Bethke. *Public Man, Private Woman*. Princeton: Princeton University Press, 1993; Feminist Inquiry and International Relations. In: DOYLE, Michael W.; IKENBERRY, G. John. *New Thinking in International Relations Theory*. Boulder, Colorado: Westview Press, 1997; PITKIN, Hannah F. *Fortune is a Woman: Gender and Politics in the Thought of Niccolò Machiavelli*. Chicago: The University of Chicago Press, 1999.

nas RI pode ser instalado no ano de 1988, quando da publicação de um número da revista Millennium (2005)<sup>4</sup> dedicou-se a discutir o tema.

As autoras como Tickner (2001), Elshtain (1997), Youngs (1999), Sylvester (2000), dentre outras passaram a ser conhecidas como defensoras das teorias feministas de RI enfatizando, cada uma delas, distintas formas de crítica que tem em seu bojo a categoria de “gênero”<sup>5</sup> como base de análise. Demonstraram que a aparente “neutralidade de gênero”, oculta o princípio de que a política, no caso a política internacional, é o local “apropriado” para os homens (SYLVESTER, 2000) e defenderam o uso da categoria evidenciando nas Relações Internacionais a presença de discursos que eram resultado de condicionamentos misóginos e transformados em barreiras à atuação feminina tanto na elaboração teórica quanto na prática política<sup>6</sup>.

Essas críticas vieram consubstanciar as teorias feministas que passaram a revelar a existência de discursos “genericados” que têm marginalizado ou mesmo ignorado as mulheres no conjunto das Relações Internacionais.

Desta maneira procuramos (re)colocar a questão na III Semana visando introduzir esse debate nos Curso de Relações Internacionais, que no Brasil é ainda incipiente, e ampliar a reconceitualização do campo para proporcionar condições de visibilidade e de acesso as mulheres que ainda estão praticamente invisíveis.

Essa projeção teórica se situa em uma conjuntura de inflexão nos modelos interpretativos que vieram reforçar a necessidade de se rever a matriz de pensar as relações de poder. Nesse sentido, vivenciamos o impacto de uma revisão historiográfica calcada na introdução de novas categorias de

---

<sup>4</sup> Publicada desde 1971 pela Escola de Economia e Ciência Política de Londres (London School of Economics and Political Science), Millennium (2005) é uma das poucas revistas acadêmicas editada e publicada completamente por estudantes de pós-graduação, e que mantém um alto padrão e reputação por trazer à tona temas novos e perspectivas inovadoras na área.

<sup>5</sup> A constituição teórica de gênero como uma categoria de análise deve-se a socióloga Ann Oakley em trabalhos que remontam a década de 70, “Sex Gender and society”, 1972; “The sociology os housework,” 1974 ; posteriormente a historiadora Joan Scott publicou “ Gender: A Useful Category os Historical Analyses. IN: Gender and the politics of History. New York: Columbia University Press, 1989. As teóricas feministas ganharam projeção, na década de 80, devido ao impacto dos movimentos feministas e de mulheres ao defenderem que o uso do termo “gênero” buscando reforçar a idéia de que as diferenças dos papeis sociais entre homens e mulheres não eram dependentes do “sexo” como questão biológica, mas construções culturais mantidas como relações de poder.

<sup>6</sup> Trata-se de explicar a presença da diminuta ou quase imperceptível representação feminina no campo da prática política : 16% em todo mundo . Em 2005, por exemplo, a representação feminina em todas as instâncias de atuação política estava perto de 16% em todo o mundo (WOMEN in Politics. International Institute for Democracy and Electoral Assistance – IDEA. Stocolmo, Suécia, 07 fev. 2006. Disponível em: <http://www.idea.int/gender/index.cfm>>. Acesso em: 15 fev. 2006.

análise que vieram repensar as ciências das humanidades e conseqüentemente os pressupostos da área das Relações Internacionais. Ao lado das categorias já empregadas e que não são abandonadas outras são introduzidas com um eficaz valor explicativo, como: gênero, etnia, identidade e cultura.

É vitalizando o debate que o tema foi incorporado na programação do evento e contou com a presença de dois trabalhos importantes, que decisivamente vieram contribuir para elucidar uma série de outras questões.

O primeiro deles de autoria da diplomata Viviane R. Albino<sup>7</sup> que nos contempla com o trabalho inédito sobre “A mulher na carreira diplomática brasileira”. A autora evidencia a permanência de estereótipos ligados a gênero, enquanto definições de papéis tradicionalmente relacionados à distinção entre os sexos e que são ainda difundidos socialmente, por meio de agentes como família e escola e que a despeito das transformações sociais processadas mantêm a criação das carreiras diplomáticas nos dias atuais.

Em sua pesquisa destaca a avaliação de desempenho realizada por MORIN (1995) sobre a trajetória de 15 mulheres que serviram como embaixadoras dos Estados Unidos da América, destacando dentro do Foreign Service daquele país que as apreciações e os critérios apresentam-se diferenciados dependendo do sexo avaliado. “Para as mulheres diplomatas geralmente aponta-se traços de personalidade, ao passo que as avaliações dos diplomatas homens versam sobre os resultados atingidos”.

Tratando de outras realidades da América latina, demonstrou que até agosto de 2005, no Brasil as mulheres somavam 221 (ou 20%) dos diplomatas brasileiros e em se tratando “da presença de mulheres na classe funcional mais alta da carreira diplomática brasileira – a de Ministro de Primeira Classe (comumente chamados de “Embaixadores”), o quadro é ainda menos positivo: são apenas dez as mulheres entre cento e quarenta e sete Embaixadores atualmente, o que significa 6,8% do total.”

Sua análise atinge as esfera do público/privado ao evidenciar as dificuldades e os impedimentos que as mulheres encontram ao tentar conciliar a vida pessoal, afetiva, bem com as tarefas domésticas e, principalmente da maternidade com a carreira diplomática.

Seu trabalho nos instiga a repensar as *políticas afirmativas* mesmo o uso de cotas que vem sendo pleiteada nos planos institucionais do Ministério das Relações Exteriores para atrair ao quadro de funcionários diplomáticos,

---

<sup>7</sup> Funcionária de carreira defendeu sua Dissertação de Mestrado junto ao Instituto Rio Branco, em 2005 com o título “ *Diplomata. Substantivo comum de dois gêneros – Um retrato da presença feminina no Itamaraty no início do século XXI*”.

um percentual feminino de nível universitário e de boa formação acadêmica. No entanto essa política não tenderia gerar outros desconfortos e formas de discriminação?

O artigo de Lená Medeiros de Menezes nos força a olhar para um “outro lado da diplomacia”: no caso a presença do tráfico de mulheres frente às relações internacionais no mundo contemporâneo.

O tráfico de mulheres, como de drogas ou de armas situa-se como elemento constitutivo da lógica de uma economia internacionalizada, conforme hipótese defendida pela autora que questiona as razões da mundialização, das guerras e dos processos migratórios que tecem redes complexas e diversificadas, obrigando os Estados nacionais a adotarem medidas que ultrapassam a legalidade e que estão situadas, muitas vezes em “bastidores marcados pela violência”. Como atuar? Como defender princípios internacionais que enfrentam atualmente a constituição de uma ordem transnacional? E como enfrentar, principalmente a questão do tráfico de mulheres se esse problema ainda não ocupa, de maneira correta, a agenda política?

Esses dois trabalhos mesmo com perspectivas de análise e de enfoque diferenciados recolocam no centro do debate a necessidade de ampliar, de rever os conceitos que fizeram e ainda fazem calcar as teorias das relações internacionais.